

## I

## A ECONOMIA BRASILEIRA

## Indicadores de produção

No início de 1999, as expectativas quanto à evolução do nível de atividade incorporavam os desdobramentos da crise financeira internacional, ocorrida no fim de 1998, tais como a mudança no regime cambial brasileiro, levada a efeito em janeiro. Assim, as perspectivas quanto à trajetória da economia eram desenhadas em um cenário que considerava elevação nas taxas de juros e provável recrudescimento da inflação, resultante do impacto desfavorável da desvalorização do real.

Quadro 1.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

Ano	A preços de 1999 (R\$ milhões)	Variação real (%)	Deflator implícito (%)	A preços correntes <sup>1/</sup> (US\$ milhões)	População (milhões)	PIB <i>per capita</i>		
						A preços de 1999 (R\$)	Variação real (%)	A preços correntes <sup>1/</sup> (US\$)
1980	694 032	9,2	92,1	237 772	118,6	5 854	7,0	2 005
1981	664 535	-4,3	100,5	258 553	121,2	5 482	-6,3	2 133
1982	670 051	0,8	101,0	271 252	123,9	5 409	-1,3	2 190
1983	650 419	-2,9	131,5	189 459	126,6	5 139	-5,0	1 497
1984	685 541	5,4	201,7	189 744	129,3	5 303	3,2	1 468
1985	739 349	7,8	248,5	211 092	132,0	5 602	5,6	1 599
1986	794 727	7,5	149,2	257 812	134,7	5 902	5,4	1 915
1987	822 780	3,5	206,2	282 357	137,3	5 994	1,6	2 057
1988	822 287	-0,1	628,0	305 707	139,8	5 881	-1,9	2 186
1989	848 271	3,2	1.304,4	415 916	142,3	5 961	1,4	2 923
1990	811 371	-4,3	2.737,0	469 318	144,1	5 631	-5,5	3 257
1991	819 728	1,0	416,7	405 679	146,4	5 599	-0,6	2 771
1992	815 302	-0,5	969,0	387 295	148,7	5 483	-2,1	2 605
1993	855 415	4,9	1.996,2	429 685	150,9	5 668	3,4	2 847
1994	905 457	5,9	2.240,2	543 087	153,1	5 912	4,3	3 546
1995	943 667	4,2	77,6	705 449	155,3	6 076	2,8	4 542
1996	968 768	2,7	17,4	775 475	157,5	6 152	1,2	4 924
1997	1003 644	3,6	7,1	801 662	159,6	6 287	2,2	5 022
1998	1002 440	-0,1	4,3	775 501	161,8	6 196	-1,4	4 793
1999 <sup>2/</sup>	1011 931	1,0	11,3	557 538	163,9	6 172	-0,3	3 401

Fonte: IBGE

1/ Estimativa obtida pela divisão do PIB a preços correntes pela taxa média anual de câmbio, calculada de acordo com metodologia publicada no Boletim do Banco Central do Brasil de dezembro de 1996.

2/ Estimativa do Banco Central do Brasil, com exceção das variações reais e da população.

A evolução da economia brasileira, no entanto foi positiva, haja vista que, no decorrer do ano, não obstante ocorresse relativa elevação das taxas inflacionárias, o nível de atividade manteve-se em patamar favorável em face das expectativas iniciais.

Nesse sentido, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2% no primeiro trimestre de 1999, consideradas estatísticas ajustadas sazonalmente, após apresentar queda de 1,5% no último trimestre de 1998, associada, principalmente, à acentuada elevação da taxa de juros em outubro daquele ano. O resultado dos três primeiros meses do ano contrariou, assim, as expectativas da maior parte dos agentes econômicos, que superestimara os efeitos da alta dos juros e da mudança de regime cambial sobre a atividade econômica. Observe-se que o crescimento decorreu, principalmente, do desempenho da agropecuária, menos sensível, no curto prazo, às alterações observadas na economia, apresentando elevação de 16,9%, com o produto das lavouras expandindo-se 32,5%. O setor de serviços cresceu 1,89% e a indústria registrou queda de 0,2%. Comparativamente a igual trimestre de 1998, o crescimento do PIB atingiu 0,7%, também associado, principalmente, ao desempenho da agropecuária, cuja expansão atingiu 14,5%. O produto do setor de serviços cresceu 1,5% e o da indústria reduziu-se 3,9%, conseqüência dos declínios de 4,5% no subsetor da transformação e de 4,6% no da construção civil, mais afetados por elevações da taxa de juros e queda de salários e rendimentos reais.

No segundo trimestre, tornou-se evidente que os efeitos da mudança de regime cambial teriam impacto menor do que o inicialmente esperado. A taxa de câmbio mostrou relativa estabilidade e a elevação dos preços internos foi inferior à prevista. A taxa de juros, que se elevara até março, declinou acentuadamente nos meses de abril a junho, período em que o PIB voltou a apresentar desempenho favorável, crescendo 0,4% em relação ao trimestre anterior. Esse resultado refletiu as quedas de 1,5% na agropecuária, de 1% na indústria e de 1,1% nos serviços. Na comparação com igual período de 1998, o PIB do segundo trimestre declinou 0,2%, resultante da queda de 3,6% no setor industrial e do comportamento positivo da agropecuária e dos serviços, setores em que as taxas de crescimento atingiram 3,4% e 0,9%, respectivamente.

No semestre, o valor adicionado apresentou expansão de 0,3%, comparativamente a 1998, com crescimento da agropecuária, 8%, e de serviços, 1,2%, e queda de 3,7% no produto da indústria. Por subsetores, assinala-se os crescimentos de 7,7% das lavouras, de 7,6% da produção animal e de 13,9% das comunicações. As maiores quedas foram observadas nos subsetores da indústria de transformação e da construção, situando-se em 4,1% e 4,9%, respectivamente.

No terceiro trimestre, a exemplo do ocorrido em 1998, as expectativas de intensificação do ritmo da recuperação do nível de atividade não se confirmaram. Contribuíram, nesse sentido, o recrudescimento da inflação e o aumento da volatilidade da taxa de câmbio, principalmente em agosto e setembro, paralelamente a episódios no cenário político, à estabilidade da taxa de desemprego em nível elevado e à continuidade da queda dos

**Quadro 1.2 - Produto Interno Bruto sob as óticas da despesa e da renda**

R\$ milhões

Discriminação	1995	1996	1997	1998
Produto Interno Bruto	646 192	778 887	864 111	899 814
Consumo Final	513 562	630 814	699 352	732 311
Consumo das famílias	386 910	486 813	545 113	572 391
Consumo da administração pública	126 652	144 001	154 239	159 921
Formação bruta de capital	144 027	162 953	187 555	191 474
Formação bruta de capital fixo	132 753	150 050	172 212	179 203
Variação de Estoques	11 274	12 903	15 343	12 271
Exportação de bens e serviços	49 917	54 430	65 491	66 862
Importação de bens e serviços (-)	61 314	69 311	88 287	90 833
Remuneração dos empregados	247 277	300 208	318 785	328 211
Salários	191 410	224 329	236 714	241 628
Contribuições sociais efetivas	30 176	45 337	48 660	49 553
Contribuições sociais imputadas	25 692	30 542	33 411	37 029
Rendimento de autônomos	38 129	44 306	48 926	49 620
Excedente operacional bruto	260 245	319 137	370 578	395 974
Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação	100 540	115 236	125 823	126 009

Fonte: IBGE

ganhos reais. Os efeitos negativos desses fatores foram parcialmente compensados pelo impacto da continuidade da redução da taxa Selic, que atingiu 19,38% a.a. em setembro, contribuindo para que a queda do PIB não fosse mais intensa. Em relação ao trimestre anterior, observou-se declínio de 0,9%, considerada a série ajustada sazonalmente, ocorrendo retração de 1,9% e de 0,1% na agropecuária e indústria, respectivamente, e estabilidade nos serviços. Comparativamente a igual período de 1998, o PIB elevou-se 0,2%, no acumulado dos três trimestres.

No último trimestre, o PIB cresceu 2,3% comparativamente ao período anterior, dados isentos de sazonalidade, recuperação associada ao desempenho positivo de todos os setores, principalmente da indústria, que se expandiu 4,1%. O setor de serviços e a agropecuária cresceram, respectivamente, 1,7% e 3,7%.

No ano, o PIB cresceu 1,01%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Setorialmente, o maior crescimento foi observado na agropecuária, 9,5%, com destaque para o desempenho das lavouras e da produção animal, cujas expansões situaram-se em 11,3% e 7,4%, respectivamente. Na indústria, a queda de 1,7% refletiu os recuos de 1,3% da produção da transformação e de 3,7% da

**Quadro 1.3 - Taxas reais de variação do PIB**

Percentual

Discriminação	1997	1998	1999 <sup>1/</sup>
PIB	3,6	- 0,1	1,0
Setor agropecuário	- 0,2	0,0	9,5
Produção vegetal	0,7	0,5	11,3
Produção animal	- 1,9	2,3	7,4
Extrativa vegetal	- 0,7	- 7,6	1,5
Setor industrial	5,8	- 1,3	- 1,7
Extrativa mineral	6,8	8,0	0,8
Transformação	4,2	- 3,7	- 1,3
Construção	8,5	1,4	- 3,7
Serviços industriais de utilidade pública	5,8	3,7	2,0
Setor serviços	2,7	0,8	1,3
Comércio	2,3	- 4,5	0,6
Transportes	4,2	2,1	0,9
Comunicações	2,0	5,9	8,6
Administrações públicas	2,4	2,0	1,2
Outros serviços	2,5	0,6	- 0,1
Instituições financeiras	3,0	- 0,1	1,0
Aluguéis	2,6	2,0	2,0
<i>Dummy</i> financeiro	3,8	0,1	1,0

Fonte: IBGE

1/ Refere-se à variação do valor adicionado a preços básicos.

construção. Os subsetores extrativa mineral e serviços industriais de utilidade pública cresceram, respectivamente, 0,8% e 2%. O setor de serviços, responsável pela maior parte da geração do PIB, apresentou crescimento de 1,3%. Por subsetores, assinala-se o resultado de comunicações e de aluguel de imóveis, com expansões de 8,6% e de 2%, respectivamente, enquanto transporte e “outros serviços” registraram quedas de 0,1% e de 0,3%.

Incorporado o resultado de 1999, o crescimento anual médio do PIB na década de 90 atingiu 1,8%. Utilizando-se como aproximação para o deflator o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio, o PIB atingiu R\$ 1.011,9 bilhões e a renda *per capita*, R\$ 6.172,28.

**Investimentos**

Estimativa do Banco Central indica que a formação bruta de capital fixo, a preços correntes, alcançou 18,3% do PIB em 1999, comparativamente a 19,92% em 1998. Essa

queda é explicada pela expectativa de retração de 7% nas despesas com capital fixo e pela expansão de 1,01% do PIB. A análise por componentes indica redução de 3,7% no produto da construção civil e de 8,9% e 27,3% na produção e importação de máquinas e equipamentos, respectivamente.

A evolução dos indicadores de investimentos revelou queda acentuada no primeiro semestre e leve recuperação no segundo. O desempenho da demanda por investimentos esteve condicionado à elevação dos custos de importação, associada, em parte, à desvalorização do real, à trajetória ascendente da inflação, ao comportamento das taxas de juros, principalmente no primeiro trimestre, bem como à redução dos gastos públicos com investimentos e inversões no período.

**Quadro 1.4 - Formação bruta de capital (FBC)**

Percentual

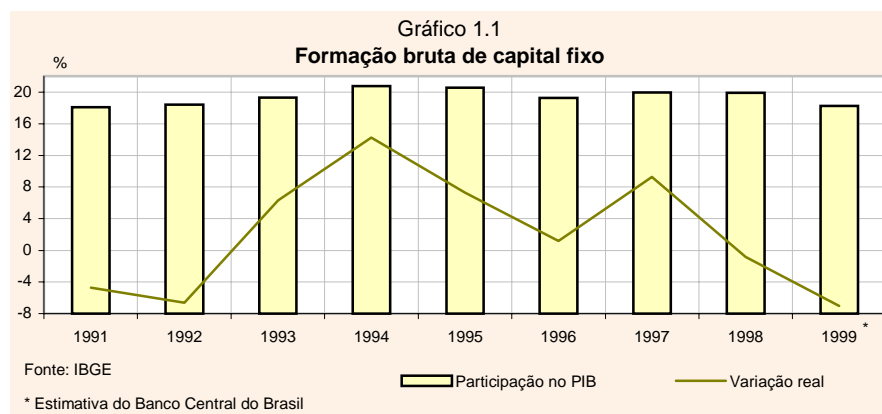
Ano	Participação na FBC			Variação de estoques	FBCF/PIB	
	Formação bruta de capital fixo (FBCF)				A preços correntes	A preços do ano anterior
	Construção civil	Máquinas e equipamentos	Outros			
1990	65,7	34,0	2,7	-2,5	20,7	-
1991	60,4	28,7	2,5	8,4	18,1	19,5
1992	64,8	26,3	6,3	2,7	18,4	17,0
1993	62,5	24,2	5,8	7,5	19,3	18,7
1994	60,6	27,2	5,8	6,3	20,7	20,8
1995	57,4	28,9	5,8	7,8	20,5	21,4
1996	62,0	25,3	4,8	7,9	19,3	20,3
1997	63,1	24,4	4,4	8,2	19,9	20,3
1998	65,8	23,2	4,5	6,4	19,9	19,8
1999 <sup>1/</sup>	64,9	24,2	4,5	...	18,3	18,4

Fonte: IBGE

1/ Estimativa do Banco Central do Brasil.

No que se refere ao setor da construção civil, a evolução do custo médio do metro quadrado, calculado pelo IBGE, atingiu 7,8% em 1999, ante 1,6%, em 1998. Já a variação do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), atingiu 9,2%, resultado de aumentos de 12,7% nos preços dos materiais e de 5,5% nos preços da mão-de-obra. Assim, a exemplo de anos anteriores, a evolução desses indicadores manteve-se menos intensa do que a do IGP-DI, que atingiu 19,98%, situando-se em patamar semelhante ao dos índices de preços ao consumidor. Os empréstimos do sistema financeiro destinados à habitação, concedidos para o mutuário final, reduziram-se 0,8% em 1999, após crescimento de 8,8% em 1998.

A construção civil, que respondera por 65,8% e 63% dos investimentos em 1998 e 1997, respectivamente, apresentou retração de 4,9% no primeiro semestre, ante os primeiros seis meses de 1998, e de 4,6% até setembro, com mesma referência no ano anterior. No último trimestre, a recuperação do setor reduziu a queda acumulada no ano para 3,6%. A produção de máquinas e equipamentos também recuperou-se na segunda metade do ano, contribuindo para que a queda de 5% observada no primeiro semestre se reduzisse para 0,6%.



Considerando grupos selecionados de bens de capital, houve crescimento na produção de equipamentos de transportes e queda nos demais segmentos, mais intensa em equipamentos para construção, 41,9%, seguindo-se equipamentos agrícolas, 15,2%, bens de capital tipicamente voltados para a indústria, 7,1%, e energia elétrica, 4%. Assinale-se que os resultados relativos ao primeiro semestre evidenciam quedas mais acentuadas em todos os grupos.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a produção de máquinas e equipamentos agrícolas declinou 13,3% em 1999, após registrar crescimento de 2,4% em 1998. A redução mais acentuada ocorreu no item “outros”, referente a cultivadores motorizados, tratores de esteira e retroescavadeiras, tendo atingido 32,6%. No mesmo sentido, as unidades produzidas de tratores de rodas e de colheitadeiras apresentaram quedas de 9,8% e de 8,5%, respectivamente, enquanto as relativas a caminhões e ônibus reduziram-se 15,5% e 30,2%.

A metodologia de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) foi alterada no fim de 1998. Pelo disposto na Resolução nº 2.587, de 30 de dezembro de 1998, o cálculo da taxa passou a ter como base as rentabilidades médias anualizadas dos títulos da dívida externa, com prazo de resgate mínimo de um ano, e da dívida pública mobiliária interna federal, com prazo de resgate igual ou superior a seis meses, condicionada ao teto resultante da média aritmética simples da taxa vigente nos últimos doze meses, multiplicada por 1,1. Com a nova metodologia, a TJLP situou-

se em 12,8% em janeiro de 1999. Os reajustes ocorridos em abril e julho elevaram-na para 13,48% e 14,05%, respectivamente. A partir de primeiro de outubro, a TJLP foi fixada em 12,5%, percentual estabelecido com base na expectativa de inflação interna, a partir da meta de inflação “pro rata” para os doze meses seguintes, acrescida de prêmio de risco de investimento externo no país, segundo a percepção do mercado internacional.

Embora a TJLP não incorporasse as elevações absorvidas pelas demais taxas de juros, o total dos desembolsos do Sistema BNDES - BNDES, Finame e BNDESPar - reduziu-se 4,9%, considerando valores nominais, atingindo R\$ 18,1 bilhões em 1999, ante R\$ 19 bilhões em 1998. Em termos reais, considerando o IPCA como deflator, a queda atingiu 12,8%. Desagregando-se os desembolsos por setor, observou-se crescimento real de 2,9% nos recursos direcionados para a indústria de transformação e quedas nos obtidos por comércio e serviços (24%), agropecuária (12,4%) e indústria extrativa (16%).

### **Produtividade**

A produtividade do trabalho, estimada como a razão entre a variação do valor adicionado, a preços do ano anterior, e a variação do pessoal ocupado, tem apresentado resultados positivos desde 1993. Considerando-se o total das atividades, após o crescimento de 5,2% ocorrido em 1996, o maior do período, os resultados subsequentes mostraram desaceleração, tendo atingido 3% em 1997 e 0,2% em 1998. Nesse ano, das 43 atividades consideradas nas Contas Nacionais, elaboradas pelo IBGE, quinze apresentaram redução de produtividade, ante oito em 1997. Assinale-se a queda de 0,6% na agropecuária, refletindo principalmente a frustração da safra de grãos em 1998, e as reduções em atividades industriais como aparelhos e equipamentos de material eletrônico, 11,8%, indústria têxtil, 6,4%, outros veículos, peças e acessórios, 3,1%, e calçados e elementos químicos não-petroquímicos, 2,8%. No âmbito dos serviços, as maiores quedas ocorreram em comércio, 3,8%, e instituições financeiras, 1,9%. Dentre os segmentos que apresentaram resultados positivos, os desempenhos mais favoráveis ocorreram em minerais não-metálicos, 22,7%, indústria do café, 21,8%, serviços industriais de utilidade pública, 11,7%, e comunicações, 9,4%.

A produtividade na indústria, considerada como a relação entre a produção física e o total de horas pagas na produção, continuou evoluindo positivamente em 1999, a exemplo do observado em anos anteriores. A expansão de 7,4% observada no ano ocorreu a despeito dos declínios de 8,9% e de 15,8% relativos à produção interna e à importação de bens de capital, respectivamente. Apresentaram crescimento de produtividade acima de 10% os gêneros madeira, 16,1%, extrativa mineral, 13,2%, papel e papelão, 13,5%, borracha, 12,4%, metalúrgica, 11,2%, bebidas, 10,9%, perfumaria, sabões e velas e material de transporte, ambos com expansão de 10,2%. Apenas em couros e peles ocorreu queda, de 2,3%.



Confirmando a continuidade do processo de ajuste do setor produtivo, foram emitidos 1.573 certificados de qualidade NBR ISO 9000 em 1999, com crescimento de 27,3% em relação a 1998. Considerando o total de certificados emitidos desde 1990, o maior número foi registrado na área de metais de base e produtos metálicos, seguindo-se eletroeletrônica e ótica e atividades imobiliárias. Outras áreas de atuação com registros relevantes foram: química de base, produtos químicos e fibras sintéticas e artificiais; comércio, conserto de veículos automotivos, bens pessoais e domésticos; e transportes, armazenagens e telecomunicações.

### **Indicadores de produção industrial**

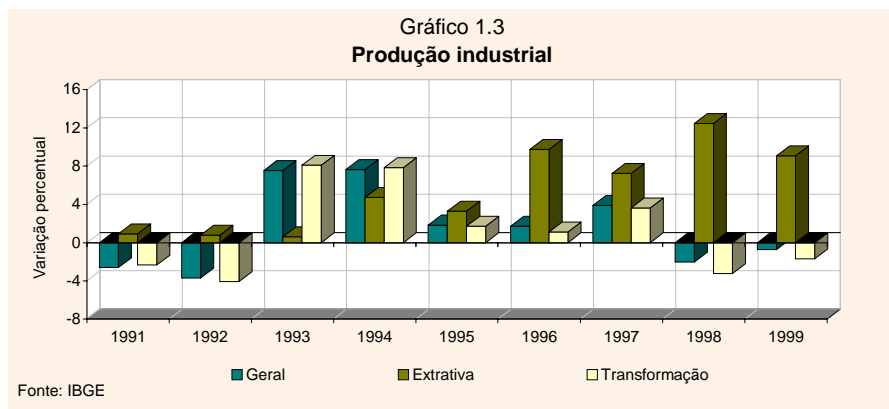
A produção industrial, de acordo com estatísticas do IBGE, apresentou redução de 0,7% em 1999. Esse percentual resultou de declínio de 1,7% na indústria de transformação, cuja participação no total da indústria atinge cerca de 93%, e de crescimento de 9,1% na indústria extrativa mineral, em razão dos aumentos obtidos na exploração de petróleo e de gás natural.

O resultado da indústria deve ser atribuído, principalmente, ao impacto imediato da desvalorização cambial e à propagação dos efeitos da crise russa, que provocou queda significativa do patamar produtivo nos últimos meses de 1998 e início de 1999. Além disso, deve-se também mencionar a redução nos rendimentos reais médios das pessoas ocupadas e o ritmo lento da recuperação das exportações de manufaturados, frente aos incentivos da variação do câmbio.

A evolução da produção industrial no primeiro e segundo trimestres de 1999 superou as expectativas delineadas no início do ano, após a desvalorização do real. Foram registrados aumentos de 0,4%, no primeiro trimestre, e de 1,1% no segundo, comparativamente aos trimestres anteriores, dados isentos de influência sazonal. Contudo, os níveis de produção foram inferiores aos observados em iguais períodos de



1998, tendo a produção industrial encerrado o primeiro semestre de 1999 com queda de 3,2%. Nesse período, as maiores reduções ocorreram nos segmentos de bens de capital, 12,7%, e de bens de consumo duráveis, 18,3%, setores com elevado grau de encadeamento produtivo. A categoria de bens de capital foi afetada pela queda na produção de bens destinados à agricultura, 18,6%, e à indústria, 16%. O comportamento do setor de duráveis, no semestre, refletiu as quedas registradas na produção de automóveis, 23,6%, e de eletrodomésticos, 22,6%, segmentos mais sensíveis ao comportamento das taxas de juros.



#### Quadro 1.5 - Utilização da capacidade instalada <sup>1/</sup>

Percentual

Discriminação	1997	1998	1999
Indústria de transformação	80	79	82
Bens de consumo	77	76	75
Bens de capital	65	65	74
Materiais de construção	83	82	81
Bens de consumo intermediário	84	83	85

Fonte: FGV

1/ Pesquisa trimestral. Posição em janeiro do ano seguinte.

No segundo semestre, a produção cresceu 1,6% em relação a igual período de 1998, refletindo recuperação, notadamente a partir de outubro, explicada, em parte, pelo efeito estatístico proporcionado pela base de comparação relativamente baixa. Nesse contexto, a produção da indústria de material de transporte, ramo com forte encadeamento interindustrial, cresceu 6,1%, após ter registrado queda de 14,6% no primeiro semestre.

A expansão da atividade fabril no último trimestre de 1999 foi também evidenciada pelo aumento da utilização da capacidade instalada, medida trimestralmente pela Sondagem Conjuntural da FGV, que se situou em 82%, comparativamente a 79% no último trimestre de 1998, constituindo-se, após 1994, na taxa mais elevada para o trimestre. O nível de

ocupação das indústrias de bens intermediários, o setor mais aquecido, refletiu a elevada utilização da capacidade instalada em gêneros como têxtil, onde alcançou 90%. Vale mencionar a evolução observada em bens de capital, refletindo, principalmente, a expansão ocupacional em mecânica, que atingiu 77%, relativamente a 67% em 1998.

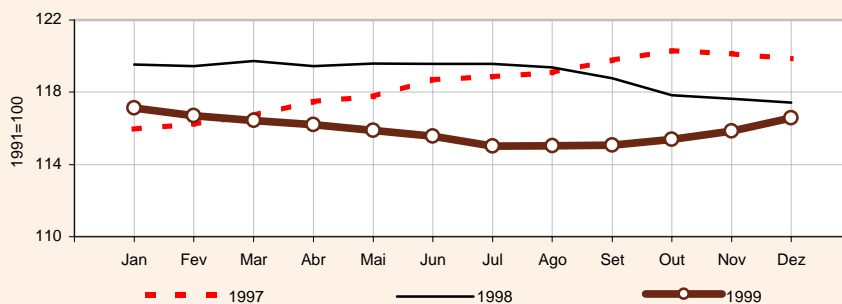
**Quadro 1.6 - Produção industrial**

Discriminação	Participação percentual (1999)	Variação percentual		
		1997	1998	1999
Total		3,9	- 2,1	- 0,7
Por categorias de uso				
Bens de capital	6,7	4,8	- 2,0	- 8,9
Bens intermediários	65,1	4,6	- 0,7	1,8
Bens de consumo	28,2	1,2	- 5,4	- 3,1
Duráveis	4,7	3,5	- 19,6	- 9,4
Semi e não-duráveis	23,5	0,5	- 1,1	- 1,5

Fonte: Pesquisa Industrial Mensal - IBGE

As indústrias do complexo metal-mecânico, apesar da reação verificada nos últimos meses do ano, foram as que exerceram maior pressão negativa sobre o desempenho global da indústria em 1999. Dos vinte gêneros industriais pesquisados pelo IBGE, a atividade retraiu-se em onze. As reduções mais relevantes ocorreram em material elétrico e de comunicações, 11,3%, mecânica, 7,2%, matérias plásticas, 6,2%, material de transporte, 5%, e vestuário, calçados e artefatos de tecidos, 3,4%. Entre as indústrias que apresentaram crescimento, destacaram-se, além da extrativa mineral, os ramos de perfumaria, sabões e velas, 7,2%, madeira, 6,8%, borracha, 5%, e papel e papelão, 4,8%.

Gráfico 1.4  
**Produção industrial**  
Médias móveis em 12 meses



Fonte: IBGE

Na classificação por categorias de uso, apenas o segmento de bens intermediários apresentou crescimento, 1,8%, favorecido pelo resultado obtido com a extração de petróleo e gás natural, cujo crescimento atingiu 13,1%. A produção de bens de capital assinalou queda de 8,9% no ano, com declínio de 7,1% no total de bens produzidos para fins industriais e de 15,2% e 41,9%, respectivamente, nos destinados à agricultura e à construção. Cabe destacar o desempenho positivo de bens de capital para o setor de transporte, 1,2%, favorecido pelos resultados da indústria ferroviária, 28,9%, e de aviões, 25,9%, que neutralizaram as reduções de 11,8% e 60% ocorridas em caminhões e ônibus e na indústria naval, respectivamente. A produção de bens de consumo duráveis apresentou redução de 9,4%, atribuída, principalmente, ao recuo na produção de automóveis e a de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, de 1,5%. Os semiduráveis, considerados de forma isolada, mostraram queda de 2,3% e os carburantes, de 7,5%.

## Energia

A produção média diária nacional de petróleo, incluindo líquido de gás natural (LGN), cresceu 12,7% em 1999, atingindo 1.128 mil barris, comparativamente a 1.001 mil barris em 1998. A quantidade de petróleo processado até outubro foi praticamente igual à relativa ao mesmo período de 1998, observando-se aumento, de 62,3% para 70,5%, da participação do produto nacional no total processado.

As importações de óleo bruto declinaram pelo terceiro ano consecutivo, tendo apresentado redução de 20,3% em relação a 1998. O total importado, em 1999, atingiu 130 milhões de barris, o menor volume da década de 90. As compras externas de derivados de petróleo

**Quadro 1.7 - Derivados de petróleo e álcool carburante**

Consumo aparente - média diária (1.000 b/d)

Discriminação	1997	1998	1999 <sup>1/</sup>
Petróleo	1 677	1 742	1 750
Óleos combustíveis	238	238	224
Gasolina	310	327	302
Óleo diesel	567	605	609
Gás liquefeito	198	207	215
Querosene de aviação	73	79	77
Demais derivados	291	286	323
Álcool carburante	220	199	193
Anidro	83	93	94
Hidratado	137	106	99

Fonte: Petrobras e ANP

1/ Até novembro.

evoluíram no mesmo sentido, passando de 142 milhões de barris, até novembro de 1998, para 137 milhões de barris em igual período de 1999.

Após crescimento de 5,7% em 1998, o consumo aparente de derivados de petróleo expandiu-se 0,29% até novembro de 1999, ante igual período do ano anterior. O consumo de óleo diesel, componente de maior representatividade na demanda interna, 35%, apresentou elevação de 0,33%. No caso da gasolina, a demanda diária declinou de 325 mil barris, em 1998, para 302 mil barris. Pelo quarto ano consecutivo, houve redução do uso de álcool carburante, que se situou em 193 mil barris/dia, em função, principalmente, do declínio de 5,7% na demanda por álcool hidratado. O álcool anidro, adicionado à gasolina na proporção de 24% desde julho de 1998, teve seu consumo expandido em 3,3%.

O consumo total de energia elétrica cresceu 2,2% em 1999, atingindo 290.975 GWh, conforme divulgado pela Eletrobrás. Em 1998, observara-se crescimento de 4% em relação ao ano anterior.

Dentre as principais classes de consumo, a comercial registrou expansão de 4,7%. As regiões Sul e Centro-Oeste assinalaram as maiores altas, respectivamente 6,6% e 5%. Segundo a Eletrobrás, esse resultado está associado, principalmente, ao desempenho dos setores de entretenimento e hoteleiro, favorecidos pelo incremento do turismo interno, a partir da desvalorização cambial, e pela modernização do setor serviços.

#### Quadro 1.8 - Consumo de energia elétrica <sup>1/</sup>

GWh

Discriminação	1997	1998	1999
Total	273 588	284 709	290 778
Por setores			
Comercial	38 180	41 579	43 655
Residencial	74 079	79 378	81 728
Industrial	121 897	122 023	122 751
Outros	39 432	41 729	42 644

Fonte: Eletrobrás

1/ Não inclui autoprodutores.

O consumo residencial de energia elétrica evoluiu 2,5%, em função, basicamente, do aumento e da regularização de consumidores, tendo sido registradas cerca de 1,7 milhão de novas ligações, representando acréscimo de 4,6%. Segundo a Eletrobrás, o desempenho desta classe foi afetado pela ocorrência de temperaturas atipicamente amenas ao longo do ano, o que permitiu a utilização menos intensa de aparelhos de refrigeração.

O consumo industrial de eletricidade cresceu 1,1%, refletindo o comportamento da produção industrial, que mostrou recuperação, basicamente, no fim do ano, na medida em que, até setembro, o consumo industrial de energia elétrica fora inferior ao de igual período de 1998. Na região Sudeste, que responde por cerca de 59% do consumo industrial de eletricidade no país, houve retração de 0,9%, resultado impactado, principalmente, pela queda de 5,5% na produção industrial do estado de São Paulo. Nas demais regiões, as taxas foram positivas.

### **Indicadores de comércio**

Segundo o IBGE, a atividade no comércio apresentou crescimento de 0,6% em 1999, ante redução de 4,5% em 1998. O baixo desempenho do setor decorreu basicamente do menor poder de compra dos consumidores e das altas taxas de juros praticadas no comércio varejista, não obstante tenham-se reduzido de 182,5% a.a., em janeiro, para 138,4% a.a. em dezembro, segundo a Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac).

A tendência de queda nas taxas de juros cobradas no segmento de varejo pode ser explicada, em parte, pela redução nos índices de inadimplência ocorrida em 1999. Segundo indicador nacional, calculado pela Teledata em 10 grandes cidades brasileiras<sup>1</sup>, a inadimplência média declinou 8,9% em 1999, comparativamente ao ano anterior.

No segmento varejista, informações da Federação de Comércio do Estado de São Paulo (Fcesp) mostraram que, na Região Metropolitana de São Paulo, o faturamento real do comércio declinou 0,6% em 1999, após registrar crescimento de 3,5% em 1998. O desempenho de 1999 foi influenciado pela redução de 31,3% nas vendas do comércio automotivo, especialmente de concessionárias de veículos, 34,8%, tendo-se observado crescimento de 7,3% em autopeças e acessórios. Retirando-se o resultado das concessionárias, obtém-se crescimento de 5,3% no faturamento do comércio geral. As vendas reais de materiais de construção declinaram 5,3%, comparativamente à queda de 1,4% em 1998, refletindo principalmente o baixo desempenho no primeiro semestre. O faturamento no segmento de bens de consumo evoluiu favoravelmente, expandindo-se 6%, com os crescimentos em não-duráveis, 11,1%, e duráveis, 1,2%, neutralizando a queda de 10,9% nas vendas reais de bens semiduráveis.

Adicionalmente, indicador construído com base em ponderação da Pesquisa Anual do Comércio do IBGE, de 1996<sup>2</sup>, apresentou queda de 2,9% no faturamento real do comércio em 1999, resultado também impactado, principalmente, pelo declínio de 23,9% no comércio automotivo. Excetuando-se o desempenho das concessionárias, verificou-se crescimento de 1%.

<sup>1</sup> Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

<sup>2</sup> Ponderação por região metropolitana: São Paulo, 53,6%; Rio de Janeiro, 24,8%; Belo Horizonte, 12,5%; Salvador, 5,2%; e Recife, 3,66%.

**Quadro 1.9 - Faturamento real do comércio**

Variação percentual

Discriminação	1996	1997	1998	1999
Atacadista <sup>1/</sup>	0,2	2,1	3,6	3,5
Varejista				
Brasil <sup>2/</sup>	...	...	...	-2,9
São Paulo <sup>3/</sup>	-2,8	-2,1	3,5	-0,6
Rio de Janeiro <sup>4/</sup>	-4,4	-13,3	-11,2	-3,2
Belo Horizonte <sup>3/</sup>	-14,1	-12,6	-20,9	-11,2
Supermercados <sup>1/</sup>	2,6	-0,4	6,1	-2,7

Fonte: Abad, Fcesp, IBGE, Fcemg e Abras

1/ Deflacionado pelo IGP-DI.

2/ Ponderado pela Pesquisa Anual do Comércio do IBGE, de 1996: São Paulo (53,61%), Rio de Janeiro (24,83%), Belo Horizonte (12,54%), Salvador (5,16%) e Recife (3,86%).

3/ Deflacionado pelo IPCA.

4/ Deflacionado pelo IPCA Rio de Janeiro.

No segmento supermercados, as vendas reais declinaram 2,7%, em relação a 1998, segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). No comércio atacadista, conforme a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores (Abad), as vendas reais aumentaram 3,5% em 1999. Em ambos os casos, as vendas reais foram obtidas utilizando-se como deflator o IGP-DI, cuja variação em 1999, 19,98%, superou a dos índices de preços ao consumidor.

**Indicadores da produção agropecuária**

A agropecuária foi o setor que apresentou o melhor desempenho ao longo de 1999, tendo crescido 9,5%, segundo dados do Produto Interno Bruto Trimestral, do IBGE. Esse resultado decorreu do comportamento favorável da produção das lavouras e da pecuária, que se expandiram 11,3% e 7,4%, respectivamente. Deve-se destacar, no crescimento do setor primário, a importante contribuição dada pela safra de grãos, a maior já registrada, favorecida por condições climáticas adequadas e pela expansão das exportações agropecuárias.

As medidas de fomento à produção agrícola da safra 1998/1999 inseriram-se no contexto da estabilidade monetária. Com efeito, a implantação do Plano Real tornou possível a adoção de medidas de longo prazo no setor agrícola, com regras claras sobre a atuação governamental no mercado de produtos agrícolas, principalmente no que se refere à política creditícia e aos instrumentos de amparo à produção e à comercialização. Dessa forma, pela quarta safra consecutiva, procedeu-se apenas ao aprimoramento das regras já existentes, com a finalidade de assegurar maior agilidade e eficiência aos instrumentos disponíveis para a condução da política agrícola.

Em relação ao crédito rural de custeio e investimento, cabe destacar o maior volume de recursos alocados, que passou para R\$ 10 bilhões, com crescimento de 37% ante o total concedido na safra passada. Outra medida importante foi a redução da taxa de juros para 8,75% ao ano, ante 9,5% aplicados na safra anterior.

Ressalte-se a importância que continuou sendo dada à agricultura familiar, com a redução da taxa de juros de 6,5% para 5,75% sobre operações de custeio amparadas pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), além da adoção de crédito rotativo no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger).

Segundo dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, realizado pelo IBGE em dezembro, a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas atingiu 82,6 milhões de toneladas em 1999, 9,9% superior à obtida em 1998. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que participaram com cerca de 90% do total, foi registrado crescimento de 7,2%. A produção do Norte e Nordeste, intensamente prejudicada pela seca em 1998, apresentou crescimento de 44,2%, em virtude de maior regularidade das condições climáticas. Mesmo com esta recuperação, a produção dessa região não alcançou o patamar normal, à vista das elevadas perdas nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, onde as chuvas foram insuficientes. Em termos absolutos, a produção distribuiu-se em 37,8 milhões de toneladas na Região Sul, 24,1 milhões na Centro-Oeste, 12,5 milhões na Sudeste, 5,8 milhões na Nordeste e 2,1 milhões na Norte.

A produção total das duas safras de milho situou-se em 32,2 milhões de toneladas, registrando crescimento de 9,1%. A recuperação dos preços na comercialização, em 1998, levou ao incremento de 9,6% na área plantada da primeira safra, que totalizou 26,2 milhões de toneladas, ante 23,6 milhões no ano anterior. As condições climáticas adequadas propiciaram crescimento da produtividade, mesmo com o atraso no plantio, causado pela insuficiência de chuvas à época. Na segunda safra, embora a área plantada tenha apresentado expansão de 16,1%, a produção superou a do ano anterior em apenas 2,1%, tendo alcançado 6 milhões de toneladas. O desempenho foi comprometido por estiagens prolongadas, principalmente nos estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Importante no equilíbrio do abastecimento do produto, a segunda safra caracterizou-se pelo risco mais elevado, em função do cultivo tardio, dado o atraso da primeira safra. A demanda, estimada em torno de 35 milhões de toneladas, foi atendida com a utilização de 1,8 milhão de toneladas dos estoques, e importações, que alcançaram 746 mil toneladas.

A área dedicada ao cultivo da soja apresentou redução de 1,9%, atingindo 13 milhões de hectares. O desestímulo foi gerado pelas baixas cotações da soja em 1998, inversamente às condições de mercado em 1997. A produção declinou 1,5%, situando-se em 30,9 milhões de toneladas. O suprimento foi estimado em 31,6 milhões de toneladas.

**Quadro 1.10 - Produção agrícola - principais culturas**

Milhões de toneladas

Produtos	1997	1998	1999
Grãos	77,5	75,2	82,6
Algodão (caroço)	0,6	0,8	1,0
Arroz (em casca)	9,3	7,7	11,8
Feijão	3,0	2,2	2,9
Milho	34,6	29,5	32,2
Soja	26,4	31,4	30,9
Trigo	2,4	2,2	2,4
Outros	1,2	1,3	1,4
Variação da safra de grãos (%)	5,3	- 3,0	9,9
Outras culturas			
Banana (em milhões de cachos)	586,0	532,5	560,3
Batata-inglesa	2,8	2,7	2,8
Cacau (amêndoas)	0,3	0,3	0,2
Café (em coco)	2,3	3,5	3,3
Cana-de-açúcar	337,2	339,0	333,3
Fumo (em folhas)	0,6	0,5	0,6
Laranja (em milhões de frutos)	114,8	103,7	113,9
Mandioca	24,3	19,7	20,9
Tomate	2,6	2,8	3,2
Variação do produto real da lavoura (%)	0,7	0,5	11,3

Fonte: IBGE

Deduzidos o consumo interno de 22 milhões de toneladas e exportações de 9,5 milhões de toneladas, o estoque de passagem para o ano 2000 correspondeu a 110 mil quilos de soja.

A produção de arroz atingiu 11,8 milhões de toneladas, com acréscimo de 51,6% em relação à anterior. Essa expansão foi impulsionada pelos preços praticados na comercialização da safra passada, que levou ao crescimento de 21,7% da área plantada. Ressalte-se ainda a recuperação da lavoura no Rio Grande do Sul, muito prejudicada em 1998 por condições climáticas adversas. Na região Centro-Oeste, observou-se continuidade do plantio de variedades com maior potencial produtivo, que, paulatinamente, têm substituído as variedades mais antigas de arroz de sequeiro. O consumo situou-se em volume próximo à produção. Considerando que as importações alcançaram 1,1 milhão de toneladas, os estoques de passagem situaram-se em torno de 1,2 milhão de toneladas. Os preços mantiveram-se elevados ao longo do ano, em razão do baixo patamar dos estoques e do encarecimento das importações.

A produção de feijão totalizou 2,9 milhões de toneladas, ante 2,2 milhões colhidas no ano anterior. A primeira safra atingiu 1,5 milhão de toneladas, superior em 54% ao volume



de idêntica safra de 1998 (985 mil toneladas). Esse resultado decorreu tanto do aumento de 16,4% da área cultivada, em conseqüência dos elevados preços alcançados na comercialização da safra de 1998, como dos favoráveis índices de produtividade proporcionados pelas lavouras da região Centro-Sul. A segunda safra somou 1,1 milhão de toneladas, ante 912 mil da safra correspondente em 1998, não alcançando maior volume em virtude das perdas ocorridas nos estados de Mato Grosso do Sul e Bahia, por condições climáticas desfavoráveis. A área plantada de 1,8 milhão de hectares apresentou acréscimo de 18,3%. A terceira safra, em área plantada 1,6% inferior, produziu 276 mil toneladas, com queda de 8,9%. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou o consumo em 2,9 milhões de toneladas; as compras externas totalizaram 100 mil toneladas.

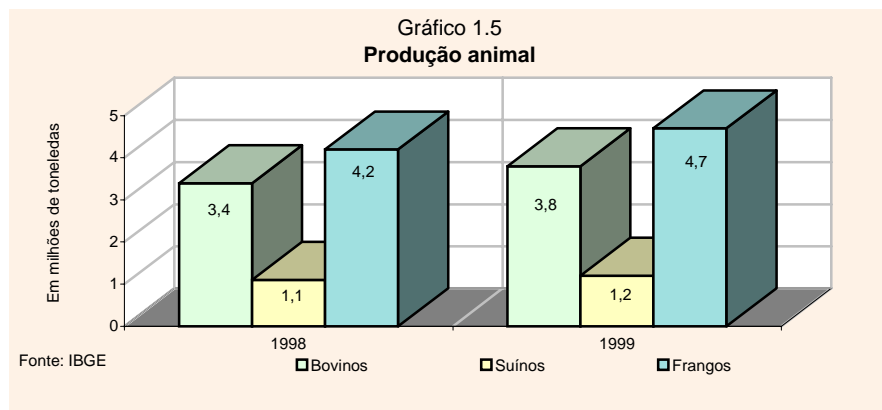
A produção de trigo situou-se em 2,4 milhões de toneladas, 5,9% superior à de 1998. A área cultivada atingiu 1,3 milhão de hectares, apresentando redução de 11,2% em relação à safra anterior. Esse desempenho pode ser atribuído às condições climáticas benéficas para a cultura nas principais regiões produtoras, à exceção do Paraná, onde houve estiagem prolongada, seguida de geadas no período de desenvolvimento das lavouras. A queda da área plantada deveu-se principalmente aos prejuízos observados nos últimos três anos por excesso de chuvas à época da colheita; ao aumento dos custos de produção, em virtude da desvalorização do real; e às dificuldades e atrasos na obtenção de créditos de custeio. Para o atendimento ao consumo, estimado em 9 milhões de toneladas, foram necessárias importações de 6,8 milhões de toneladas, que, somadas ao estoque inicial de 845 mil toneladas, permitiram estoque final de 988 mil toneladas.

A produção de algodão herbáceo em caroço cresceu 20,3%, alcançando 1,4 milhão de toneladas, em conseqüência do aumento de 49,8% no rendimento médio, haja vista a redução de 21,8% da área plantada. Contribuíram para esse desempenho os crescimentos ocorridos na produção do Nordeste, associado à regularização climática, e os verificados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em outras regiões produtoras, a cultura foi afetada por pragas e doenças.

A produção de café em coco atingiu 3,3 milhões de toneladas, com decréscimo de 5,5%. A razão para essa queda está associada à característica bianual de rendimento da cultura, que alterna anos de maior e menor produtividade. Fato relevante dessa safra foi a maturação desigual dos frutos, em razão do maior número de floradas em 1998, o que comprometeu a qualidade do produto. Com relação ao mercado, no primeiro semestre ocorreu declínio das cotações, causado pela expectativa de forte expansão da safra do ano 2000, frustrada posteriormente pela prolongada estiagem. Conseqüentemente, a partir de setembro, o comportamento dos preços seguiu trajetória inversa.

A evolução da produção animal tem sido favorável desde 1994. Segundo estatísticas do Produto Interno Bruto Trimestral, do IBGE, persistiu a tendência de crescimento, com

taxa de expansão de 7,4% em 1999. Todos os segmentos da pecuária evoluíram positivamente. Segundo a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do IBGE, que considera os estabelecimentos sob inspeção federal, estadual ou municipal, a produção de carne bovina elevou-se em 11,5% em 1999, alcançando 3,8 milhões de toneladas. A produção de frangos expandiu-se 11,6%, atingindo 4,7 milhões de toneladas, e a suinocultura, 11,5%, totalizando 1,2 milhão de toneladas.



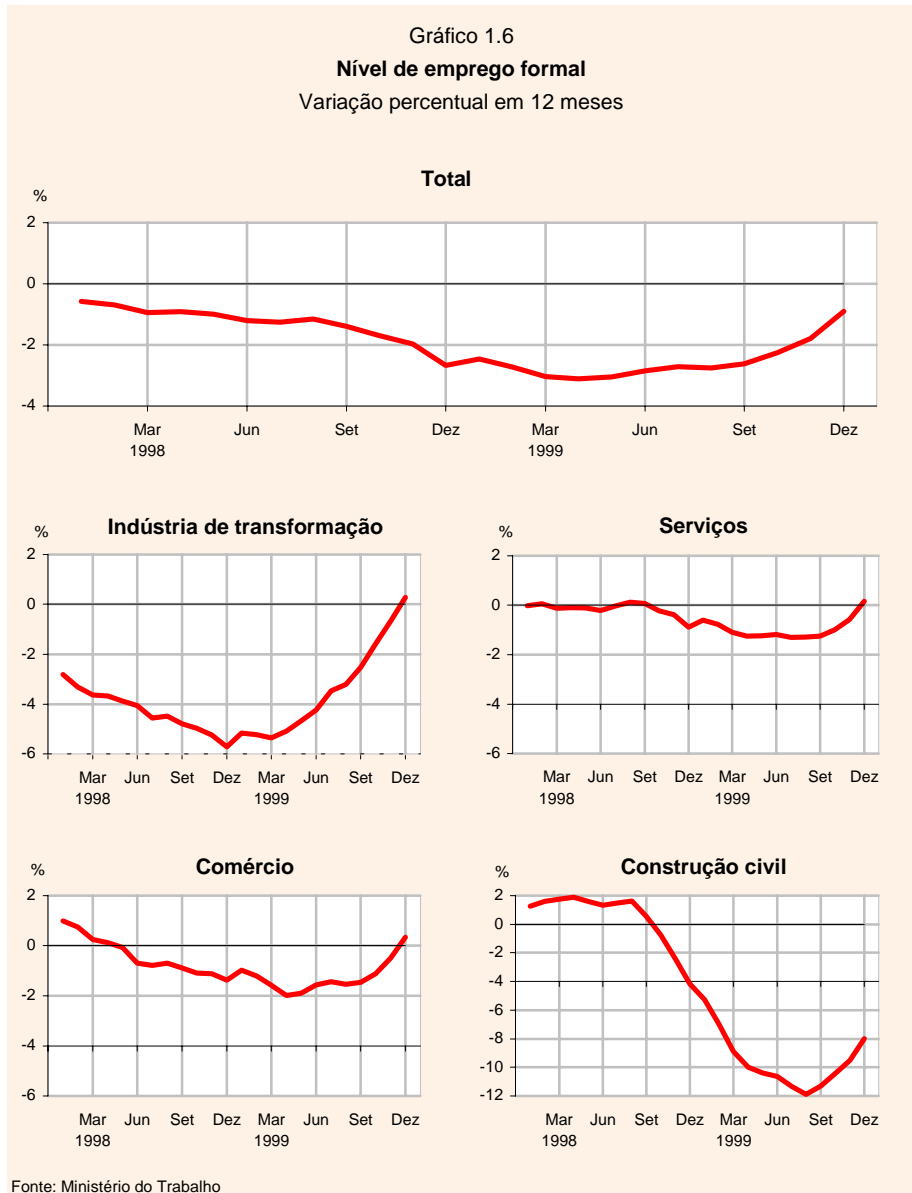
A evolução das vendas externas, favorecidas pela mudança do câmbio, constituiu-se em fator importante aos resultados positivos do setor. As exportações de carne bovina, que totalizaram 169,3 mil toneladas, expandiram-se 81,5%, desempenho associado à ampliação das vendas para a África e o Oriente Médio. A comercialização externa de frango atingiu 796,1 mil toneladas, com aumento de 26% em relação a 1998. Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), esse resultado traduziu também o reaquecimento econômico da Ásia e da Europa, tendo-se observado a entrada de 27 novos países na lista de importadores de aves brasileiras. Em sentido contrário, as exportações de carne suína, que representaram 87,3 mil toneladas, declinaram 1,9% relativamente às de 1998.

### Indicadores de emprego

Em 1999, o comportamento dos indicadores do mercado de trabalho refletiu principalmente o nível de atividade. O modesto crescimento do PIB, aliado à manutenção dos dispositivos legais para contratações e demissões, não permitiu geração de empregos em número suficiente para reduzir o patamar da taxa de desemprego, mais elevado desde 1998. No setor industrial, foi mantida a tendência de liberação de mão-de-obra, facilitada pela continuidade da evolução positiva dos ganhos de produtividade do setor.

No que se refere ao emprego formal, segundo o Ministério do Trabalho, foram eliminados 196 mil postos de trabalho com carteira assinada em 1999, após extinção de 581,8 mil postos em 1998. Mesmo com as comparações mensais mostrando que o índice de

emprego formal apresentou variação positiva entre abril e outubro, a média dos índices de 1999 reduziu-se 2,52% relativamente à de 1998, ano em que a queda do emprego ocorreu basicamente nos últimos meses. Considerando os diferentes setores da economia, foram gerados, em 1999, 14,9 mil empregos tanto no setor de serviços, como na indústria de transformação e 14,4 mil no comércio. Na construção civil foram eliminadas 113,1 mil ocupações.



Conforme registro do Ministério do Trabalho, o número de requerentes ao seguro-desemprego cresceu 0,3% no ano, enquanto o total de segurados apresentou queda de 0,9%. Esses resultados mostraram-se mais favoráveis do que os registrados até

setembro, quando o número de requerentes apresentara elevação de 2,84% e o de segurados, de 1,4%.

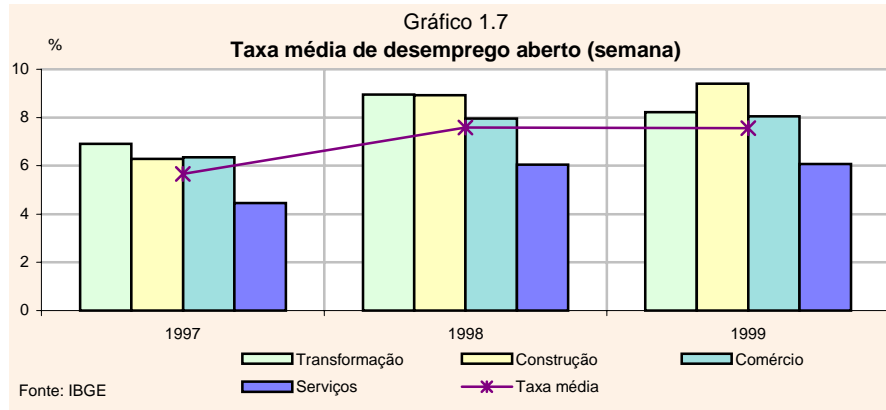
As informações específicas sobre o nível de emprego no setor industrial mostraram continuidade da tendência de queda. Medido pelo indicador da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o emprego na indústria de transformação, nos 12 estados abrangidos pela pesquisa, que tem caído nas comparações anuais desde 1993, declinou 5,9% em 1999, com diminuição do nível de emprego em todos os estados pesquisados. A redução mais intensa, 21,9%, ocorreu no Amazonas, enquanto a menos representativa, 0,7%, referiu-se ao Ceará, seguindo-se os estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná, com 1,3%, 1,5% e 2,6%, respectivamente. Nos demais estados, as quedas situaram-se no intervalo de 4,9% a 10,4%.

A pesquisa mensal realizada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) indicou comportamento semelhante ao registrado no âmbito da CNI. Assim, o nível médio de emprego contraiu-se 6,1% em relação a 1998. A pesquisa semanal da Fiesp, abrangendo 47 sindicatos patronais, revelou que a queda do emprego atingiu 59,1 mil trabalhadores, ante 133,3 mil em 1998. Por segmentos pesquisados, as maiores quedas no ano ocorreram em adubos e corretivos agrícolas, 28,83%, doces e conservas alimentícias, 28,42%, energia elétrica, 20,88%, e esquadrias e construções metálicas, 19,61%. Doze dos sindicatos apresentaram variações positivas, destacando-se calçados de Franca, 10,21%, azeite e óleos alimentícios, 7,49%, rações balanceadas, 7,1%, e malharia e meias, 6,79%.

A taxa média de desemprego aberto, calculada por pesquisa domiciliar do IBGE em seis regiões metropolitanas, alcançou 7,56% em 1999, ante 7,6% em 1998. Essa taxa é a razão entre as pessoas que procuraram emprego, sem obtê-lo, na semana que antecedeu a entrevista, e a População Economicamente Ativa (PEA) do mesmo período. Considerando a razão entre as pessoas que procuraram emprego nos 30 dias antecedentes à semana da entrevista e a mesma PEA, as taxas alcançaram 8,26% em 1999 e 8,35% em 1998.

Por região metropolitana, as taxas com período de referência semanal mostraram que, desde 1994, a Região Metropolitana de Salvador tem apresentado as médias anuais mais elevadas, enquanto a do Rio de Janeiro, as mais baixas, situando-se, no último ano, em 9,94% e 5,4%, respectivamente. Desde 1980, primeiro ano de divulgação da Pesquisa Mensal do Emprego, as taxas médias de desemprego em Recife superaram a média das seis regiões metropolitanas. Em São Paulo, tal comportamento foi observado a partir de 1987. No ano de 1999, as taxas verificadas nessas regiões foram, na ordem, 8,17% e 8,3%. Nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Belo Horizonte, as médias do ano alcançaram 7,22% e 7,69%, respectivamente. Por setores de atividade, apenas na indústria verificou-se redução do desemprego, que passou de 8,96%, em 1998, para 8,23%. Na construção civil e no comércio, verificaram-se aumentos de 0,48 e 0,09 pontos percentuais, determinando

taxas respectivas de 9,41% e 8,06% em 1999. Os setores de serviços, 6,07%, e outras atividades, 3,21%, apresentaram as menores taxas, próximas às do ano anterior.



Em dezembro de 1999, 17,9 milhões de pessoas faziam parte da PEA nas seis regiões metropolitanas consideradas, o que significou a incorporação de 433,8 mil pessoas durante o ano. Esse resultado foi determinado pelo aumento de 1,4% do número de desocupados e de 2,55% dos ocupados. Comparando a média do contingente de trabalhadores de 1999 e 1998, o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 4,04%, enquanto os de trabalhadores por conta própria e empregadores aumentaram, respectivamente, 1,91%, 0,84%. A queda de 2,66% do número de pessoas que tinham carteira assinada indicou continuidade do processo de informalização do mercado de trabalho.

Na Região Metropolitana de São Paulo, houve aumento da média das taxas de desemprego em 1999, conforme pesquisa domiciliar da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Enquanto, na média de 1998, 18,18% das pessoas economicamente ativas foram classificadas como desempregadas, essa taxa alcançou 19,28% em 1999. Em todos os trimestres-móveis, foram registradas taxas superiores às do ano anterior. No trimestre-móvel terminado em dezembro, a taxa de desemprego total atingiu 17,5%, comparativamente a 17,4% em 1998. O aumento da taxa de desemprego resultou de crescimento insuficiente do nível de ocupação em relação ao da PEA: enquanto o número de pessoas economicamente ativas variou 1,93% nas médias de 1999 e 1998, o nível de ocupação cresceu 0,56%. Considerando essa base de comparação, indústria e comércio apresentaram comportamento desfavorável, com quedas respectivas de 0,74% e 2,6%. Em “outras atividades”, foi registrado crescimento de 0,82%, enquanto o setor de serviços apresentou aumento de 2,02%. Esse resultado pode ser reflexo de processo de desconcentração industrial na Região Metropolitana de São Paulo e concomitante crescimento da prestação de serviços.

## Indicadores de salários e rendimentos

As Contas Nacionais divulgadas pelo IBGE revelaram que, em 1998, a repartição da renda entre os fatores trabalho e capital ocorreu com avanço do excedente operacional bruto, que passou de 41,7%, em 1997, para 45,13%. Paralelamente, recuou a participação da remuneração dos empregados, de 38,2% para 37,4%, enquanto a dos autônomos permaneceu estável em 5,7%. Os impostos líquidos de subsídios sobre a produção e importação representaram 15,2%, ante 14,4% em 1997.

A evolução dos indicadores de salários e rendimentos, ao longo de 1999, sinalizou tendência generalizada de queda, tanto para empregadores quanto para assalariados. Por outro lado, os resultados do setor público indicaram avanço dos impostos líquidos de subsídios no total da renda.

Na indústria de transformação, os resultados da CNI e da Fiesp indicaram agravamento da tendência de queda da massa salarial, decorrente tanto do menor nível de emprego como da diminuição do salário real médio. Utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como deflator, levantamento realizado em doze estados pela CNI mostrou recuo de 9,31% na massa real de salários em 1999, ante queda de 4,91%, em 1998. Na indústria paulista, de acordo com a pesquisa mensal da Fiesp, ocorreu diminuição de 1,6% no salário real médio, deflacionado pelo índice de preços ao consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (IPC-Fipe), e de 7,1% da massa salarial, em 1999. Em 1998, observara-se elevação de 4,6% do salário médio e queda de 0,9% do total de salários pagos, indicando que, naquele ano, a redução do emprego ocorreu, principalmente, entre os assalariados com menores ganhos.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (Caged), os salários médios de admissão elevaram-se 2,04% em 1999. Considerando diferentes setores industriais, o maior aumento, 3,02%, foi verificado no comércio, seguindo-se serviços, 2,94%, e construção civil, 2,23%. Quanto aos demais setores, houve reduções de 0,12% na indústria e de 4,51% na agropecuária. Os maiores salários foram pagos no setor de serviços, cuja média, em 1999, situou-se em R\$ 473,00. Seguiram-se as remunerações registradas na indústria e na construção civil, com médias respectivas de R\$ 399,00 e de R\$ 360,00. A média salarial alcançou R\$ 333,00 no comércio e R\$ 228,00 na agropecuária. Observe-se que, mesmo nos setores onde foi observada elevação dos salários nominais, essa foi inferior à inflação calculada pelos principais índices de preço ao consumidor.

Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, o rendimento médio das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC, decresceu 5,48% em 1999, ante queda de 0,4% em 1998. Em todos os setores, a redução foi superior a 4%, com exceção de “outras atividades”, em que atingiu 3,21%. Nos serviços, a diminuição dos rendimentos alcançou 4,86%, enquanto, nos demais setores,

esteve próxima a 7%: 6,73% no comércio, 6,77% na construção civil e 7,48% na indústria de transformação. Em relação às categorias profissionais, as variações dos rendimentos médios foram heterogêneas: a maior perda real, 10,83%, foi registrada entre os empregadores e a menor, 1,33%, entre os trabalhadores sem carteira assinada. As reduções dos ganhos para os empregados com carteira assinada e trabalhadores por conta própria atingiram, respectivamente, 4,24% e 7,29%.

**Quadro 1.11 - Rendimento médio real das pessoas ocupadas** <sup>1/</sup>

Variação percentual

Discriminação	1997	1998	1999
Total	2,1	- 0,4	- 5,5
Setores de atividade			
Indústria de transformação	1,3	- 0,3	- 7,5
Construção civil	2,2	- 5,6	- 6,8
Comércio	1,2	- 4,9	- 6,7
Serviços	2,3	1,0	- 4,9
Posição na ocupação			
Com carteira	2,8	0,0	- 4,2
Sem carteira	3,6	0,5	- 1,3
Conta própria	2,3	- 4,1	- 7,3
Empregadores	- 1,9	3,6	- 10,8

Fonte: IBGE

1/ Deflacionado pelo INPC. Abrange as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Seade em conjunto com o Dieese, na Região Metropolitana de São Paulo, os rendimentos médios reais, deflacionados pelo ICV/Dieese, declinaram em 1999. Considerando a remuneração dos ocupados e dos assalariados, as perdas reais alcançaram 5,32% e 3,87%, respectivamente. Para os trabalhadores do setor privado, a média dos salários reais de empregados com carteira assinada esteve 3,26% abaixo da média do ano anterior. No caso dos que não tinham carteira assinada, a perda salarial alcançou 2,32%.

O salário mínimo foi fixado em R\$ 136,00 a partir de maio, atingindo o equivalente a US\$ 73,80 em dezembro de 1999.

### Indicadores de preços

A trajetória descendente da inflação, observada ao longo de 1998, alterou-se no início de 1999, em decorrência principalmente da desvalorização cambial. Seus efeitos sobre

os índices foram captados com maior intensidade em fevereiro, sobretudo pelos preços por atacado, onde é grande a importância tanto de produtos importados, como matérias-primas e trigo, quanto exportáveis, como café, soja, aves e carne bovina. Vale ressaltar que, nesse período, além do crescimento das taxas de inflação, o comportamento da taxa de câmbio e episódios no âmbito institucional, como as Comissões Parlamentares de Inquérito do Sistema Financeiro e do Poder Judiciário, contribuíram para formar ambiente de incertezas, com deterioração das expectativas relacionadas tanto à evolução da economia quanto ao comportamento dos preços nos meses seguintes.

A partir do segundo trimestre, entretanto, observou-se recuo expressivo das taxas mensais dos índices de preços, fato atribuído, em parte, às mudanças na condução da política monetária, com fixação de meta para a taxa Selic. Após o choque de juros em março, quando a taxa *over*/Selic atingiu 43,25%, as taxas passaram a declinar, comportamento também observado na taxa de câmbio, reflexo das alterações na política cambial. Assim, no fim do primeiro semestre, foram dissipadas as previsões mais pessimistas sobre o comportamento da economia, bem como esgotaram-se os efeitos diretos da desvalorização cambial sobre os índices de preços.

A mudança do regime cambial, a premência em reafirmar, em definitivo, o comprometimento da política econômica com o programa de estabilização após os episódios do início do ano, bem como as experiências observadas em outros países, concorreram para que a autoridade monetária estabelecesse, em junho, nova diretriz para o regime de política monetária, a sistemática de metas para a inflação.

No início do segundo semestre, o comportamento dos índices de preços teve, como principal fator de influência, os aumentos dos preços dos bens e serviços administrados - itens cujos preços são regulamentados direta ou indiretamente pelos governos federal, estadual ou municipal. Os preços dos combustíveis, que já haviam sido reajustados no primeiro semestre, foram novamente majorados (18% no fim de junho e 10% no início de agosto, em nível de refinaria), em razão não apenas do efeito da desvalorização cambial sobre os custos, mas também pela contínua elevação das cotações internacionais do petróleo. Para o consumidor, os impactos desses fatores traduziram-se em aumentos dos preços da gasolina e do gás de bujão, em torno de 50% e 40% no ano, respectivamente. De modo indireto, o óleo diesel também influenciou os indicadores de preços ao consumidor, ao pressionar os custos com transportes urbanos, item, entre os administrados, com o maior peso nos índices. Além dos combustíveis, também exerceram pressões altistas as tarifas de energia elétrica e de telefonia fixa, serviços cujos reajustes são calculados tendo como principal parâmetro as variações dos índices gerais de preços, que, em 1999, situaram-se significativamente acima das variações dos índices de preços ao consumidor. Os critérios de reajustes desses serviços foram estabelecidos em contratos entre as agências reguladoras e as empresas concessionárias. A participação dos preços administrados nas variações registradas pelos indicadores de inflação no ano situou-se em torno de 40% nos índices do IBGE e próxima a 50% no índice da Fipe.



### Metas para inflação

O sistema de metas para inflação, instituído no Brasil pelo Decreto no. 3.088, de 21 de junho de 1999, caracteriza-se pelo estabelecimento formal de metas e intervalos de tolerância para as taxas de inflação, em horizontes de tempo determinados. Cabe à autoridade monetária executar as políticas necessárias ao cumprimento das metas estabelecidas para o período.

De modo explícito e institucionalizado, o regime de metas para a inflação prioriza a estabilidade de preços como objetivo da política econômica. A argumentação subjacente a essa proposição, referendada por desenvolvimentos teóricos e experiências recentes, é a de que taxas de inflação baixas favorecem a alocação de recursos e o crescimento econômico de longo prazo.

Além disso, outras vantagens são comumente assinaladas como decorrência da adoção do sistema: redução da variância da inflação e do produto, como resultado da atuação da autoridade monetária frente a choques de curto prazo; substituição, de forma eficiente, do modelo de metas cambiais ou monetárias como objetivos intermediários da política monetária; possibilidade de coordenação de expectativas - obtida a credibilidade, as metas passam a funcionar como baliza para a formação de expectativas de inflação e a determinação de preços e salários; possibilidade de avaliação do desempenho da política monetária, tendo como parâmetro o cumprimento das metas.

Nos últimos dez anos, o sistema de metas para a inflação foi adotado em diversos países (Nova Zelândia, Canadá, Austrália, Reino Unido, Chile e México, entre outros), utilizado como âncora nominal, como mecanismo de coordenação de expectativas ou como forma de institucionalizar a estabilidade de preços para consecução de objetivos estabelecidos (critérios de Maastricht, na Espanha).

Um fator relevante na implantação do regime de metas para a inflação é a definição do índice de preços em que a meta irá se basear. Aspectos como previsibilidade, aceitação pública, transparência (em termos metodológicos), entre outros, são essenciais para o êxito do modelo. No Brasil, o IPCA, calculado pelo IBGE, foi o escolhido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O IPCA, apurado desde 1980, abrange nove regiões metropolitanas, o município de Goiânia e o Distrito Federal, tendo como população-objetivo famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos.

Com a adoção dessa sistemática, foram definidas, em junho, as metas para a inflação, tendo como referência as variações anuais do IPCA. Para 1999, a meta foi fixada em 8%, admitindo-se desvios de dois pontos percentuais. Para 2000 e 2001, as metas foram fixadas em 6% e 4%, respectivamente, com o mesmo intervalo de tolerância.

Considera-se a meta cumprida quando a inflação, medida pelo IPCA, relativa ao período de janeiro a dezembro do ano de referência, situar-se na faixa do seu respectivo intervalo de tolerância. Em caso de descumprimento da meta, o Presidente do Banco Central, segundo o normativo que instituiu a sistemática, deverá divulgar publicamente as causas do descumprimento, as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e o prazo para que as providências produzam efeito.

O encarecimento dos produtos agrícolas, característico nos últimos meses do ano, fez-se sentir de forma intensa em 1999, em razão do prolongamento da estiagem, do baixo nível de estoques e do aumento no volume das exportações do setor. Assim, no último trimestre do ano, cerca de um terço das variações dos índices de preços por atacado e em torno da metade das relativas aos índices de preços ao consumidor deveram-se às altas dos preços de produtos agropecuários.

#### Quadro 1.12 - Preços administrados: principais itens na composição das taxas de inflação em 1999

Variação percentual

Discriminação	IPCA			IPC-Fipe		
	Peso <sup>1/</sup>	Variação acumulada	Contribuição acumulada	Peso	Variação acumulada	Contribuição acumulada
Índice (A)	100,0	8,9	8,9	100,0	8,6	8,6
Transportes urbanos <sup>2/</sup>	4,3	14,9	0,6	4,8	15,1	0,7
Gasolina	3,6	52,0	1,5	3,1	53,7	1,3
Álcool	0,9	38,2	0,2	1,5	55,3	0,6
Gás de bujão	1,1	44,5	0,3	0,7	36,7	0,2
Energia elétrica	3,3	19,9	0,4	3,9	21,0	0,7
Telefone fixo	2,8	8,8	0,2	0,9	0,1	0,0
Taxa de água e esgoto	1,5	12,8	0,2	2,8	16,9	0,4
Total (B)	17,5	...	3,3	17,6	...	4,0
Participação (B/A)			37%			47%

Fonte: IBGE e Fipe

1/ Pesos de dezembro de 1999.

2/ No IPCA, refere-se a ônibus urbano.

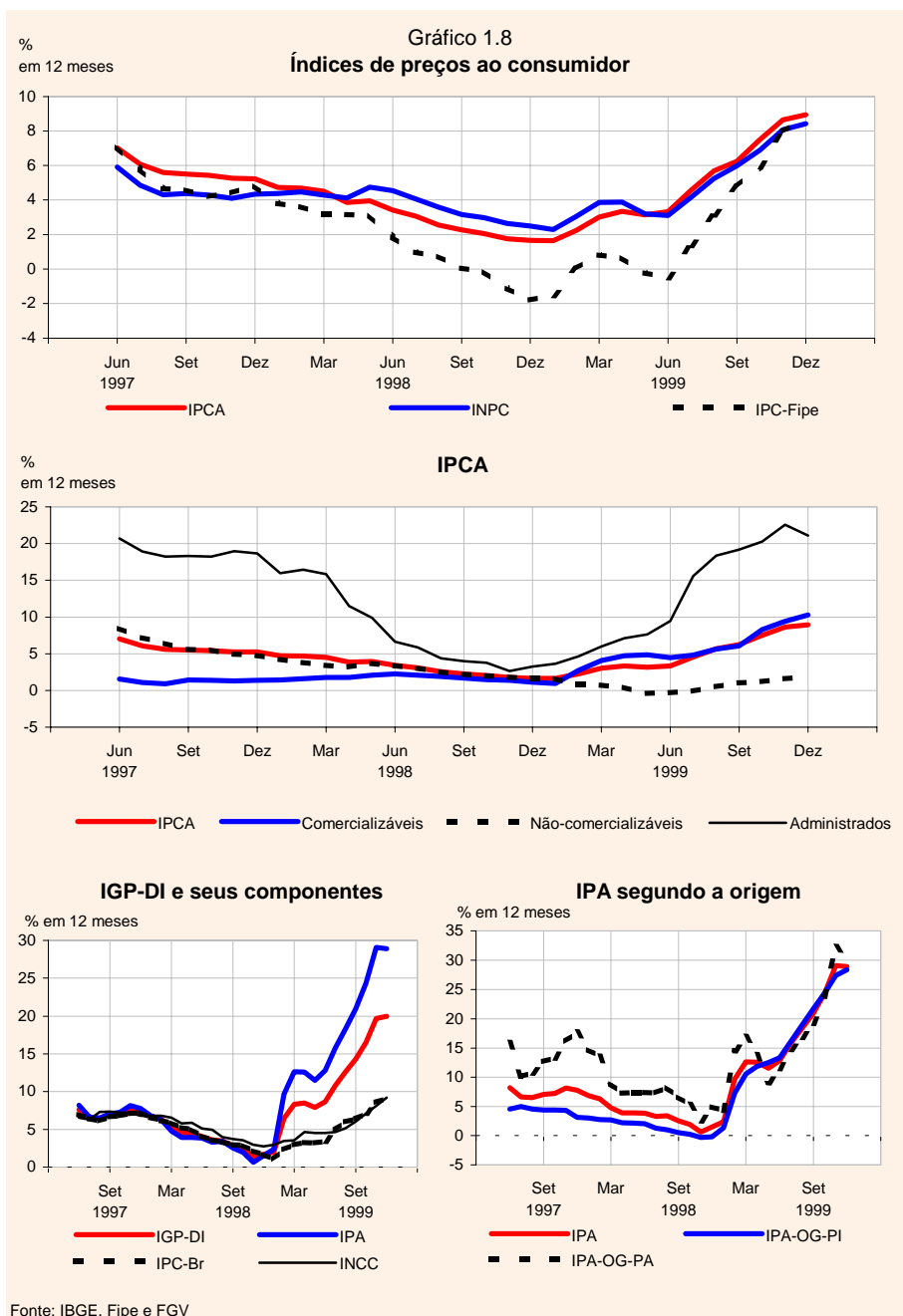
Apesar dos fatores adversos, a evolução dos preços no decorrer do ano não comprometeu o programa de estabilização. As taxas de inflação situaram-se em patamar claramente inferior às previsões do início do ano. Tampouco concretizaram-se as expectativas de generalização dos aumentos de preços decorrentes diretamente do efeito cambial e, menos ainda, as expectativas de retorno do processo de reindexação. Esse comportamento pode ser atribuído, entre outros fatores, às restrições da demanda, causadas pela redução do emprego e dos rendimentos reais, que, além de não sancionarem a propagação dos efeitos da

desvalorização cambial, provocaram, ainda, a continuidade do arrefecimento dos preços dos produtos e serviços não-comercializáveis com o exterior. Esse fato foi determinante para conter a aceleração do ritmo inflacionário, especialmente no âmbito dos preços ao consumidor. Com efeito, a inflação medida por esses indicadores situou-se significativamente abaixo da aferida pelos índices de preços por atacado. Além disso, deve-se registrar o êxito das medidas de política econômica adotadas ao longo do ano, sobretudo no que tange ao gerenciamento de expectativas por intermédio da diretriz adotada para a política monetária e ao rigor no cumprimento de metas estabelecidas para o desempenho fiscal, fundamentais para reversão do quadro desfavorável delineado para o comportamento dos preços no início do ano.

Considerando os principais indicadores de preços, o IPCA registrou taxa de 8,94% em 1999, ante 1,65% em 1998. Além dos fatores que determinaram o comportamento dos preços, já mencionados, deve-se ainda registrar, no caso dos índices do IBGE, o impacto decorrente do encarecimento de 22,79% dos automóveis novos, com o término do acordo automotivo no fim de setembro. Em função desse aumento e dos reajustes de 52,23% da gasolina e de 37,25% do álcool, o item transportes acumulou a maior alta, 20,73%. No item alimentação e bebidas, que atingiu crescimento de 8,2%, assinala-se os aumentos de preços do açúcar, dos derivados de trigo, das carnes, de leite e derivados e do café, cujos efeitos foram, no entanto, parcialmente neutralizados por expressivas quedas de preços de importantes produtos como arroz, feijão e batata inglesa. A variação de 9,61% em comunicação deveu-se basicamente aos reajustes da telefonia fixa, enquanto o crescimento de 8,76% em saúde e cuidados pessoais foi causado, em maior parte, pelos aumentos dos custos dos remédios, produtos farmacêuticos e planos de saúde. A elevação de 8,08% observada em artigos de residência é explicada, principalmente, pelo preços dos produtos eletroeletrônicos. Cabe ressaltar o comportamento relativamente mais favorável dos grupos habitação, 6,27%, vestuário, 4,17%, educação, 4,16%, e despesas pessoais, 2,8%, que agrupam maior número de itens não influenciáveis por variações cambiais.

O INPC, que se diferencia do IPCA apenas quanto à população-objetivo, abrangendo famílias com renda entre 1 e 8 salários mínimos, apresentou elevação de 8,43% em 1999, ante alta de 2,49% no ano anterior.

O índice de preços ao consumidor calculado pela Fipe no município de São Paulo, registrou inflação de 8,64%, ante taxa negativa de 1,79% em 1998. As pressões mais relevantes foram dos custos dos transportes, cuja variação de 25,25% contribuiu com 2,96 pontos de percentagem, e da alimentação, que embora tenha variado 7,2%, participou com 2,16 pontos, em razão do elevado peso na composição do índice. Cabe destacar também as despesas com habitação, especialmente com serviços públicos residenciais, em que estão inseridas as tarifas de energia elétrica, telefone, água e esgoto, e os preços do gás. Como consequência da desvalorização cambial, observou-se significativo aumento dos preços dos medicamentos e inversão da trajetória de queda dos preços do vestuário e dos bens de consumo duráveis como eletrodomésticos, aparelhos de imagem e som, e mobiliário.



O IGP-DI, calculado pela FGV, variou 19,98%, em 1999, ante 1,7% no ano anterior. O Índice de Preços por Atacado - Disponibilidade Interna (IPA-DI), principal componente, cresceu 28,9%, refletindo encarecimento tanto dos bens de produção, notadamente das matérias-primas, quanto dos bens de consumo, especialmente dos gêneros alimentícios. No conceito de oferta global, a pressão dos preços industriais foi mais intensa, em razão de sua maior relevância na composição do índice, visto

### Mudança na estrutura de ponderação do IPCA e do INPC

O IPCA, calculado pelo IBGE desde 1980, mede as variações de preços ao consumidor nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, no Distrito Federal e no município de Goiânia. O índice reflete a variação dos preços das cestas de consumo das famílias com recebimento mensal de 1 a 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de renda.

Até julho de 1999, o IBGE divulgava as séries históricas de números-índices de preços com bases de comparação em dezembro de 1993 e bases de ponderação obtidas da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1987-1988. Desde agosto de 1999, o IBGE passou a calcular os índices com as novas estruturas de ponderação, obtidas da POF 1995-1996, pesos regionais atualizados e nova estrutura de classificação/agregação de produtos e serviços.

A atualização periódica das estruturas de pesos dos índices é um procedimento recomendável, uma vez que os hábitos de consumo mudam ao longo do tempo.

Na nova pesquisa foram considerados todos os itens de despesa de consumo, que atenderam as seguintes condições:

- participação na despesa familiar total igual ou superior a 0,05% ;
- participação inferior a 0,05% e superior a 0,01% para despesas dos grupamentos compostos por itens com pequena representatividade.

Nesse sentido, novos produtos e serviços foram identificados, como despesas com alimentos prontos, computadores, telefones celulares, planos de saúde, jogos lotéricos, conselhos de classe, serviços bancários, funerários e cartoriais, que passaram a integrar o rol dos itens objeto da coleta de preços.

O quadro seguinte compara as estruturas da POF de 1987, que serviu para o cálculo do índice até julho de 1999, e a POF de 1996, utilizada para o cálculo do índice desde agosto de 1999. Observa-se redução do peso das despesas com vestuário, alimentação, habitação e artigos de residência.

#### Estruturas de ponderação do IPCA (%)

GRUPO	Jul 1999/POF 1987	Ago 1999/POF 1996
Alimentação e bebidas	23,59	22,30
Habitação	16,72	16,29
Artigos de residência	6,35	5,98
Vestuário	8,37	5,68
Transporte	18,08	19,99
Saúde e cuidados pessoais	10,29	11,47
Despesas pessoais	10,31	9,90
Educação	4,28	4,97
Comunicação	2,02	3,41
Total	100	100

Com a nova metodologia, a participação relativa dos produtos comercializáveis, não-comercializáveis e de preços administrados foi alterada. Os bens comercializáveis e os de preços administrados passaram a representar parcela maior do IPCA, respondendo por 44,05% e 20,93%, respectivamente, ante 43,06% e 16,63%, na estrutura anterior. Os bens não-comercializáveis, por outro lado, tiveram sua participação reduzida de 40,31% para 35,02%.

ter apresentado variação semelhante à dos preços agrícolas. Quanto aos outros componentes do IGP-DI, o Índice de Preços ao Consumidor - Brasil (IPC-Br), apurado em São Paulo e no Rio de Janeiro, mostrou comportamento similar ao dos demais indicadores de preços ao consumidor, tendo crescido 9,12%. Destaque-se, entre seus componentes, a evolução de 17,83% dos custos dos transportes, principalmente pela majoração dos preços dos combustíveis. O INCC aumentou 9,21%, com altas de 12,75% dos preços dos materiais de construção e de 5,53% dos custos da mão-de-obra.